

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	2
Título: Com foco da Petrobrás no pré-sal, micropetroleiras avançam em terra	2
Título: Catu, na Bahia, sonha com volta da ‘época de ouro’	3
Título: Novo modelo de leilão da ANP movimenta setor	5
Título: Belo Monte quer térmica para suprir baixa geração	6
Título: BNDES terá oito bancos na oferta da Petrobrás	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Bolsonaro quer iniciar 2020 com reforma ministerial no alto escalão	9
VEÍCULO: O Globo	12
Título: GNV passará a ser vendido por quilo em 2020.....	12
Título: Ouro (rubro) negro.....	14
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	14
Título: Belo Monte quer térmicas para suprir baixa geração	14

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 15/12/2019****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes****Título: Com foco da Petrobrás no pré-sal, micropetroleiras avançam em terra**

Petróleo. Pequenas e médias empresas privadas, chamadas de ‘independentes’, aproveitam lacuna deixada por estatal e apostam na exploração de poços em terra no Nordeste, Espírito Santo e Amazonas; produção hoje é de 107 mil barris diários, 4,3% do total extraído no País

No campo de petróleo do Vale do Quiricó, na Bahia, a cerca de 80 km de Salvador (BA), um único técnico, acompanhado de um segurança e dois cachorros, cuida diariamente do poço da menor petroleira do Brasil com o sentimento de quem trabalha numa plataforma em alto-mar. O volume sob sua responsabilidade – pouco mais de meio barril de óleo diário, que custaria no mercado algo como R\$ 125 – é tão pequeno que poderia ser transportado em baldes. Apesar das reduzidas proporções, a micropetroleira Energizzi, dona do poço, sonha alto e pretende colocar mais dinheiro em outras áreas de exploração em terra. Ela faz parte de um movimento de petroleiras de pequeno porte que querem aproveitar a lacuna deixada pela Petrobrás na Região Nordeste, no Espírito Santo e no Amazonas desde que a estatal optou por concentrar esforços no pré-sal.

A Energizzi é, na verdade, um braço da carioca Dimensional Engenharia, que, de olho na tentativa de reativação da produção de petróleo em terra, adquiriu em 2017 sua primeira área num leilão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Passados dois anos, começou a testar o potencial do projeto, considerado internamente um ensaio para investimentos futuros. “Nosso objetivo é crescer. Buscamos campos maiores para chegar a 300 barris por dia lá na frente. É um desejo ter uma posição em águas rasas, mas isso é mais para frente”, diz o diretor de operações da empresa, Alan Bastos. “Queremos ter uma experiência grande na parte de terra para depois nos aventurarmos.”

Espaço. Pequenas e médias petroleiras, chamadas de “independentes”, tentavam há anos ingressar nesse mercado, mas sempre esbarraram no domínio da Petrobrás. Com a chegada do ex-presidente Michel Temer ao governo, em 2016, porém, houve uma mudança na política de desenvolvimento do setor, com maior incentivo à iniciativa privada, e esse quadro começou a mudar. Com a concentração da Petrobrás no Rio de Janeiro e em São Paulo,

onde estão os grandes blocos do pré-sal, o segmento de extração de petróleo e gás no Nordeste, no Espírito Santo e no Amazonas, principalmente áreas em terra, ficou aberto para as novatas. Apoiando esse movimento, o governo federal tenta reverter o grande declínio na produção de petróleo em terra no País – foi de 209 mil barris diários, em 2000, para 107 mil barris este ano.

A participação em relação ao total extraído em território nacional passou de 9,2% para 4,3%. Na avaliação de Anabal Santos Júnior, secretário executivo da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo (Abpip), o Brasil possui uma das maiores bacias terrestres do mundo, mas só tem conhecimento do potencial de 5% dela e possui uma taxa de sucesso inexpressivo em comparação ao que poderia ter se recebesse mais atenção. Modelo americano. O modelo buscado no Brasil para atrair as empresas de menor porte é o usado nos Estados Unidos, onde cerca de 1 milhão de poços de apenas 10 barris por dia, em média, respondem por 80% da extração total de petróleo e gás natural. No Brasil, um único campo, o de Lula, na Bacia de Santos, concentra mais da metade do desempenho nacional.

A diferença de investimento entre um pequeno poço e uma área no pré-sal é mais que um abismo. Segundo Santos Júnior, só como referência, a perfuração de um poço em terra pode ficar na casa dos R\$ 3 milhões a R\$ 5 milhões, enquanto no pré-sal isso pode ultrapassar os R\$ 800 milhões. As pequenas petroleiras vendem sua produção para refinarias independentes, consumidores industriais que utilizam o produto em fornos e para a própria Petrobrás. E garantem que, apesar do tamanho diminuto da operação, o negócio é lucrativo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/12/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Catu, na Bahia, sonha com volta da 'época de ouro'

Município na Bacia do Recôncavo aposta em investimentos de pequenas petroleiras para reativar economia

Na cidade baiana de Catu, o pré-sal foi sinônimo de decadência. À medida que a Petrobrás se dedicava cada vez mais aos megacampos no mar, foi deixando para trás os poços terrestres. Na Bacia do Recôncavo, na Bahia, onde está o município de Catu, a produção da estatal caiu de 62,5 mil para 36,4 mil barris diários em uma década, um tombo de 42%. “Antes, tínhamos aproximadamente 30% da receita proveniente do setor de petróleo. Hoje, estamos em 11%”, diz o prefeito da cidade, Geranilson Dantas Requião (PT). “Se continuar nesse ritmo, vamos ter muita dificuldade na manutenção do município.” A esperança de

Catu, e de toda a região, está nas pequenas petroleiras, que começam a chegar para assumir áreas abandonadas pela Petrobrás.

As empresas independentes, cuja presença era praticamente nula em 2010, hoje produzem juntas 4,8 mil barris diários. O poço dessa bacia com melhor desempenho hoje pertence à Maha Energy, com 1,9 mil barris/dia. Nas ruas de Catu, os moradores se mostram nostálgicos dos tempos de pleno emprego e dinheiro circulando com fartura. E dizem estar cientes de que a “época de ouro” não volta mais. Ao mesmo tempo, mantêm o otimismo de que o pior momento passou e novas vagas de emprego começam a ser criadas com a chegada das pequenas petroleiras. Às 5 horas, os pontos de ônibus já estão cheios de trabalhadores paramentados, funcionários de empresas fornecedoras de produtos e serviços exploratórios para projetos preservados pela Petrobrás e companhias que ensaiam a reativação de poços no entorno do município. Não é, claro, como foi no início da década.

“Em 2010, começou a exploração aqui, então chegou muita empresa. Era bastante mesmo. Hoje, a gente consegue contar quantas ficaram”, diz Sinésio Oliveira, gerente da loja Construmir, que já foi especializada em equipamento de segurança industrial e atualmente se limita a vender material para a construção de residências. Chance. Para quem ficou sem emprego por mais de um ano e não tinha perspectiva, a chegada de novos investidores é percebida como a última chance de acertar a vida profissional e o orçamento da família. “O que eu senti mais foi quando eu fui demitido, porque senti que era um inútil. Vi tudo meu indo por água abaixo”, conta Juracy Mendes, hoje operador da Energizzi, dona de um poço no município de Pojuca (BA), vizinho a Catu.

“Agora, a minha vida, a minha família está sendo sustentada por essa área.” Com a responsabilidade de manter o primeiro poço da Energizzi ativo, Mendes trabalha por uma semana e na seguinte é substituído por Luiz Sena. O turno de trabalho começa às 6h e termina às 18h. “Operador é mais ou menos assim: é você ser fazendeiro e me dar o seu gado para cuidar. Aquele poço ali é o animal de estimação do dono dessa empresa. É fazer tudo que for possível e também o impossível para que esse poço venha a produzir o esperado de óleo para ele”, define Mendes.

Para o parceiro de equipe Sena, que já esteve embarcado em plataforma no Rio, o cargo é também motivo de prestígio na comunidade onde vive. “A inspiração de todos que moram na zona rural é chegar a trabalhar com petróleo”, afirma. A Petrobrás, por meio de sua assessoria de imprensa, afirmou que, para definir os ativos que coloca à venda, avalia a “sinergia existente entre os ativos”. Com isso, tem buscado vender pacotes de áreas, em linha com o modelo de negócio determinado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 15/12/2019****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes****Título: Novo modelo de leilão da ANP movimentou setor**

Empresas disputam campos que a Petrobrás ‘guardava’ na gaveta e não explorava e blocos sem interessados em licitações antigas

A virada que começou a dar impulso às petroleiras de pequeno porte no mercado nacional veio com a decisão da Petrobrás – após a crise do envolvimento na Operação Lava Jato – de vender ativos, entre eles áreas em terra e em águas rasas (onde os investimentos em exploração são menores). Mas um novo passo foi dado este ano, com a criação de um novo modelo de leilão de campos devolvidos à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e de blocos que ficaram sem oferta em licitações anteriores. Nessa rodada de áreas marginais, de pequena dimensão, as empresas podem indicar previamente aquelas do seu interesse. Na primeira edição, em setembro, 12 empresas nacionais e duas estrangeiras arremataram 12 áreas, um índice de sucesso de 86%, que rendeu quase R\$ 7 milhões ao governo. Essa oferta de blocos agora é permanente. Ou seja, as empresas podem indicar as áreas que lhes interessam a qualquer momento.

A Ubuntu – termo da África Subsaariana que significa “sou porque somos” – participou de um leilão, há dois anos, com aquisições no Espírito Santo e Rio Grande do Norte. Seus fundadores têm experiência em prestadoras de serviços multinacionais e em petroleiras de médio porte. “Pensamos nesse nome porque sabemos que vamos ter de trabalhar juntos. A ideia é ter uma atuação coletiva de baixo custo”, diz o sócio-presidente, Clarindo Caetano Machado Neto. Ele vislumbra para 2021 um crescimento efetivo da curva de produção em terra, com um avanço também na geração de emprego e transformação das cidades. “Há um alinhamento de forças entre governos e pequenos produtores. Isso criou uma onda de otimismo que funcionou. É um movimento de verdade”, diz.

Segundo Gustavo Cachina, diretor técnico da Phoenix Óleo e Gás, outra empresa desse grupo de menor porte, as primeiras vagas de trabalho estão sendo criadas nas empresas de sondas, que disponibilizam equipamentos para explorar os campos em diferentes profundidades. “O desafio agora é desenvolver uma regulamentação própria, compatível com a dimensão das empresas”, avalia. Novos leilões. O próximo passo, aguardado com ansiedade pelas petroleiras independentes, é o segundo ciclo de vendas de ativos da Petrobrás, que, por determinação da ANP, vai ter de se desfazer de 80 campos até o fim deste ano e de mais oito até junho de 2020. São concessões que a

companhia estatal guardava na “gaveta” e não investia tanto quanto tinha se comprometido. No ano passado, foi obrigada a se posicionar sobre o futuro de cada um dos 211 campos em terra onde já havia descoberto petróleo, mas não avançava no desenvolvimento.

Pressionada, decidiu manter 69 das concessões, devolveu 8 e prometeu passar para frente 134, das quais 46 já estão com terceiros. “A substituição de um monopólio por uma indústria passa pela atração de pequenas e médias empresas para operar nos campos maduros e em terra e em águas rasas”, avalia o diretor-geral da ANP, Décio Oddone. Além do novo modelo de leilão e do “cartão vermelho” dado à Petrobrás para se posicionar sobre a continuidade dos investimentos, ele aponta “a redução dos royalties, simplificação de contratos, definição de regras de abandono de campos e o uso das reservas como garantia de financiamentos” como exemplos de medidas de atração de novos investidores.

Idealizador do processo de retomada da produção terrestre no governo de Michel Temer, quando esteve à frente do Ministério de Minas e Energia, Márcio Felix avalia ainda que, mesmo com a reativação da indústria do petróleo, incluindo a terrestre, o retorno não deve ser o mesmo de anos atrás, quando a commodity atingiu picos de cotação. “Mas o investimento em terra tem o benefício de distribuir riquezas. São valores menores em relação ao mar que fazem diferença nos municípios.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/12/2019

Seção: Economia

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Belo Monte quer térmica para suprir baixa geração

Após gastar R\$ 40 bilhões, usina fica até cinco meses por ano sem produzir energia

Depois de gastar R\$ 40 bilhões para erguer a hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, um projeto que desde o início teve a sua viabilidade financeira questionada por causa da forte oscilação do nível de água do Rio Xingu, a concessionária Norte Energia, dona da hidrelétrica, quer agora autorização para construir usinas térmicas – mais caras e poluentes – nos arredores da hidrelétrica, para complementar sua geração de energia. O Estado apurou que, nas últimas semanas, a Norte Energia já fez, inclusive, uma consulta formal à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), pedindo autorização para que mude seu estatuto social e libere a concessionária para erguer as usinas térmicas e “investir diretamente ou por meio da participação em outras

sociedades, como subsidiária integral”. Hoje, a Norte Energia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), ou seja, uma empresa que tem como único objetivo construir e explorar a hidrelétrica de Belo Monte, pelo prazo de 35 anos.

Seus sócios são a estatal Eletrobrás, que detém 49,98% da operação, os fundos de pensão Petros, da Petrobrás, e Funcef, da Caixa (com 20%, no total), e as empresas Neoenergia, Vale, Sinobras, Light, Cemig e JMalucelli. Juntas, elas querem agora mudar sua própria natureza para investir em outros empreendimentos. A justificativa central da concessionária é que a sua barragem principal, estrutura que responde por mais de 98% da capacidade de geração – são 11 mil megawatts, contra apenas 233 MW da barragem complementar –, tem de ficar completamente desligada por um período de cerca de cinco meses, todos os anos, por causa da baixa vazão do Rio Xingu. A seca no Xingu se concentra nos meses de julho a novembro. Com pouca água correndo, as máquinas são desligadas, sob o risco de entrarem em pane. Não é por acaso que, apesar dos 11.233 MW de potência, Belo Monte entrega, efetivamente, uma média de 4.571 MW por ano.

Entre agosto e novembro deste ano, por exemplo, o volume total de água que passou pelo Xingu permitiu uma geração média de algo entre 276 e 568 MW apenas, quando a capacidade mínima de cada uma das 18 turbinas da casa de força principal de Belo Monte é de 611 MW. Ou seja, nesse período não foi possível ligar nenhuma máquina. Mas nada disso é surpresa. Os números de Belo Monte, baseados no modelo de engenharia em que foi construída, são conhecidos há mais de uma década. A Norte Energia, que venceu o leilão da usina em 2010, esperou nove anos para licenciar e concluir a construção da usina. Neste mês de novembro, depois que acionou a última turbina da hidrelétrica, sempre defendida como a geração mais limpa do País, foi a Aneel com o propósito de pedir autorização para erguer usinas térmicas. “Acho que isso confirma que o dano socioambiental de Belo Monte é um crime”, diz Biviany Rojas, advogada do Instituto Socioambiental (ISA), organização que acompanha o impacto do empreendimento desde a sua concepção.

“A instalação de termoelétricas desmoraliza todo o discurso de escolha política por geração de energia hidrelétrica na floresta amazônica. Se era pra produzir energia termoelétrica, não precisava barrar o Rio Xingu.” A especialista lembra que todas as informações sobre a geração de Belo Monte sempre foram conhecidas. “A sociedade é duplamente afetada pelos impactos socioambientais de cada um desses empreendimentos, desnecessariamente. Não foi falta de informação, nem erro de cálculo.” Linhas de transmissão. A Norte Energia sustenta que as duas linhas de transmissão de Belo Monte que saem do Pará e seguem para a Região Sudeste – obras que custaram mais de R\$ 15 bilhões e que pertencem aos chineses da State Grid – ficam subutilizadas boa parte dos

meses por causa da “enorme variação sazonal das vazões e da ausência de reservatório para a regularização”, conforme justificativas enviadas à Aneel.

Questionada sobre o pedido da Norte Energia, a Aneel limitou-se a declarar que “se manifestará quando vier a tomar uma decisão sobre o assunto”. O ex-diretor da Aneel, Edvaldo Santana, afirmou que se trata de algo inédito no setor. “Não conheço nenhum caso desse tipo. Muito provavelmente, se esse caso avançar, terá de envolver o próprio poder concedente, o **Ministério de Minas e Energia**”, comentou. “Tecnicamente, pode até ser viável, mas há questões legais nesse caminho.” “Por ser algo inédito, não há uma resposta pronta. Tem de ser avaliado com cuidado. O mercado regulado de energia (no qual as distribuidoras compram a geração) exige a realização de leilões”, diz o também diretor da Aneel, Julião Coelho.

A reportagem questionou a Norte Energia sobre seus projetos de geração térmica, onde seriam erguidos e por que a empresa só apresentou essa proposta após concluir a usina. A concessionária não respondeu a esses questionamentos. Disse apenas que “recorrentemente desenvolve estudos de projetos para expansão do setor elétrico, como parte de seu planejamento empresarial” e que a consulta à Aneel sobre a possível alteração estatutária “é parte integrante desses estudos”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/12/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: BNDES terá oito bancos na oferta da Petrobrás

Coluna do Broadcast

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) seleciona esta semana os bancos que vão coordenar a venda de parte das ações da Petrobrás que possui. A operação é esperada para ocorrer até março. O banco tem cerca de 19% das ações preferenciais e 10% das ordinárias (com direito a voto) da petroleira que, hoje, valem cerca de R\$ 56 bilhões. A participação, contudo, não deverá ser vendida integralmente em 2020. Os eventuais assessores receberam as cartas de pedidos para propostas (RFPs, na sigla em inglês) para a oferta subsequente de ações da Petrobrás na semana passada. A seleção será concluída na quinta-feira, dia 19. Procurado, o BNDES disse que não comenta sua estratégia no âmbito das empresas investidas.

Ampulheta. Os bancos terão de apresentar suas propostas ao BNDES até o dia 18, quando será selecionado o coordenador líder. No dia seguinte, os demais

integrantes do grupo serão escolhidos. Ao todo, serão oito bancos e a oferta deverá envolver ADRs, os recibos de ações da empresa negociados nos Estados Unidos. Sem perder tempo, a primeira reunião com todos os bancos, que o mercado chama de “kick off” da oferta, será na sexta, dia 20.

» Frenético. O BNDES quer dar tração no ritmo de enxugamento de sua carteira de participações. Nesta semana, venderá, também via oferta de ações, sua fatia no frigorífico Marfrig, que vale R\$ 2 bilhões. Já para o início do ano, deve se desfazer de metade da participação que tem na JBS, em uma operação de cerca de R\$ 8 bilhões. No cronograma de 2020, além de Petrobrás, estão previstas as vendas das ações da siderúrgica Tupy e da Copel, de energia.

COM FERNANDA GUIMARÃES, ALINE BRONZATI E CYNTHIA DECLOEDT

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/12/2019

Seção: Poder

Autor: Gustavo Uribe, Paulo Saldaña e Talita Fernandes

Título: Bolsonaro quer iniciar 2020 com reforma ministerial no alto escalão

Chefes da Casa Civil, da Educação e das Minas e Energia devem ser trocados até fevereiro

O presidente Jair Bolsonaro quer iniciar 2020 com um mapa definido da reestruturação no primeiro escalão de seu governo para ser anunciado até fevereiro.

Em seus planos estão três nomes que devem ser trocados: Onyx Lorenzoni (Casa Civil), Abraham Weintraub (Educação) e **Bento Albuquerque (Minas e Energia)**.

Onyx passa por um longo processo de desgaste desde o início do governo. Perdeu funções relevantes, como a articulação política, transferida para Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), e a coordenação jurídica da Presidência, hoje subordinada à Secretaria-Geral, sob o comando do ministro Jorge Oliveira.

Pesa contra ele também o fato de Bolsonaro estar insatisfeito com o apoio frágil do DEM à pauta governista no Congresso. Onyx é um dos três ministros da legenda, junto com Tereza Cristina (Agricultura) e Luiz Henrique Mandetta (Saúde). O DEM tem hoje o comando da pauta legislativa, já que são filiados ao partido os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (AP).

De acordo com interlocutores do presidente, as mudanças na equipe devem ter início no final de janeiro, antes da retomada das atividades do Congresso, em fevereiro. Bolsonaro não pretende fazer uma reforma ampla.

Um aliado disse à reportagem que as trocas devem ser graduais.

Onyx ainda não tem destino certo. Uma possibilidade é voltar à Câmara, para a qual foi reeleito deputado. Outro cenário é que o ministro assuma uma assessoria especial.

A mudança na Casa Civil impacta diretamente uma pasta estratégica para Bolsonaro, o Ministério da Educação, hoje comandado por Abraham Weintraub.

Weintraub também se enfraqueceu na medida em que Onyx foi perdendo prestígio no Planalto. O ministro é próximo ao chefe da Casa Civil, de quem foi secretário-executivo.

Uma possível saída dele tem sido aventada pelo menos desde novembro. Sua postura ideológica agrada ao presidente e seus filhos, mas o comportamento agressivo nas redes sociais e a capacidade de criar crises na área o desgastaram em alguns núcleos do governo, como a área moderada, formada pelo comando militar e pela equipe econômica.

Um exemplo foi a ida do titular da Educação ao Congresso na última quarta-feira (11). Weintraub atendeu a uma convocação da Comissão de Educação, mas seu tom agressivo causou desconforto em aliados. Congressistas indicam que o ministro virou motivo de piadas na Casa, o que desmoraliza o Planalto.

A exoneração na quinta-feira (12) de sua principal assessora, Priscila Costa e Silva, serviu de pista para que aliados e grupos que buscam influência no MEC intensificassem as articulações para uma troca.

Causou mal-estar a forma como o ministro decidiu não renovar o contrato de gestão com a Associação Roquette Pinto, que gerencia a TV Escola. Weintraub determinou um despejo da TV Escola das dependências do MEC, cumprido na sexta (13).

Não há certeza sobre a continuidade do canal. De acordo com relatos à Folha, Weintraub teria tentado indicar pessoas para a associação e influenciar nos rumos na TV.

O ministro entrou em férias a partir deste sábado (14), o que tem sido visto nos bastidores com presságio de uma saída definitiva. A previsão de volta é só no dia 4 de janeiro.

Ele teve uma reunião com Bolsonaro no Planalto na sexta, em agenda não prevista. O assunto não foi informado.

Entre as opções de substitutos passam indicações de um nome evangélico, o que garantiria a visão ideológica de Bolsonaro à frente da Educação. A saída de Weintraub, se confirmada, será a segunda baixa na pasta vista como chave por Bolsonaro desde a campanha eleitoral.

O presidente é crítico das universidades públicas por entender que há uma dominação da ideologia de esquerda.

Na última quinta (12), em viagem ao Tocantins, o presidente fez um discurso duro, criticando publicamente a educação no país. Bolsonaro disse ser um vexame que universidades brasileiras não estejam entre as melhores do mundo. “Todos nós aqui somos responsáveis pela educação”, disse a uma plateia de prefeitos da região. “E como está a educação no Brasil? Péssima”, disse.

Mesmo que deixe o MEC, a aposta é que Weintraub possa ocupar outro cargo na gestão Bolsonaro.

Ele chegou à pasta em abril para ocupar o lugar que era de Ricardo Vélez Rodríguez, demitido após um processo de disputas internas.

Na equipe econômica, é dada como certa a saída do almirante de esquadra Bento Albuquerque, de Minas e Energia. Com ele, o segundo escalão também deve ser trocado, com mudanças nas quatro secretarias (Óleo e Gás, Energia, Mineração e Planejamento), coordenadas pela secretaria-executiva.

Como uma saída honrosa, Bolsonaro estuda indicar o ministro para a vaga destinada à Marinha no STM (Superior Tribunal Militar). O posto será aberto em maio do ano que vem com a aposentadoria do ministro Alvaro Luiz Pinto, que completará 75 anos.

Bento preenche quase todos os pré-requisitos: é almirante de esquadra, está na ativa e é um dos veteranos. No entanto, não é o mais antigo na carreira, critério que costuma ser levado em conta na escolha.

Para o comando de Minas e Energia, o nome mais forte, no momento, é o do deputado federal Fernando Coelho Filho (DEM-PE), ex-ministro da pasta no governo de Michel Temer.

Embora seja alvo de críticas de parlamentares, a saída do general Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo, é vista como remota.

VEÍCULO: O Globo**Data: 15/12/2019****Seção: Economia****Autor: PEDRO CAPETTI****Título: GNV passará a ser vendido por quilo em 2020**

Inmetro abre amanhã consulta pública para regulamentar mudança na unidade de comercialização, hoje feita por metro cúbico, para abastecimento de carros. Objetivo é reduzir risco de fraudes e adulterações nos postos

A venda de gás natural veicular (GNV) sofrerá mudanças em 2020. O Inmetro abre amanhã uma consulta pública para que o combustível passe a ser vendido por quilogramas, e não mais por metro cúbico (m³), como ocorre hoje. A mudança visa a reduzir a possibilidade de erro e fraude nos postos. O preço final para encher o “tanque”, diz órgão, não vai mudar.

A ideia é que a nova medida de comercialização passe a ser usada nos postos ainda no primeiro semestre de 2020.

O Inmetro explica que, para vender o GNV por metro cúbico, é preciso que, a cada carga recebida, o posto ajuste a densidade para garantir a medição correta na bomba. Mas essa informação pode demorar até 30 dias para chegar ao posto e ainda é passível de erro. Na prática, isso pode significar o pagamento pelo consumidor de metros cúbicos de gás que não chegaram ao cilindro do veículo.

Levantamento feito pelo Inmetro na Região Metropolitana do Rio, em julho, apurou diferenças de até 22% entre o que foi efetivamente pago e o volume de gás abastecido.

CONCORRÊNCIA JUSTA

Com as mudanças planejadas pelo Inmetro, em parceria com a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), o fator de conversão será ajustado a uma densidade única (igual a 1), e o medidor será lacrado para evitar fraudes. Assim, o fator hoje sujeito a mudanças mensais será retirado do processo, e a venda, feita diretamente em quilos, a exemplo do botijão de gás.

— Uma vez lacrado, o dispenser (bomba) não poderá ser alterado. Se o proprietário do posto fizer isso, será muito mais fácil identificar —explica Marcos Trevisan, diretor de Metrologia Legal do Inmetro.

Segundo Angela Flores Furtado, presidente do órgão, a mudança, em estudo nos últimos três anos, além de garantir maior confiabilidade e menos erros de abastecimento para o consumidor, tem como base práticas internacionais:

— Isso promove a concorrência justa entre os estabelecimentos, colocando em pé de igualdade os agentes do mercado. E esse cenário é bastante positivo para o país em razão da expectativa de maior oferta do combustível na área do pré-sal.

As mudanças no mercado vão atingir milhões de brasileiros que optaram por converter os veículos para gás, diante do aumento do preço da gasolina.

Somente no Rio, estado com a maior frota a gás do país, mais de 1,3 milhão de consumidores usam GNV em seus carros. Em 2018, houve aumento de 23% no número de conversões, em comparação a 2017, segundo o Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Rio de Janeiro.

EDUCAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Trevisan garante que a troca da forma de venda não terá impacto no bolso dos brasileiros. Apesar do valor unitário ficar mais alto, o desembolso total para abastecer o carro será o mesmo. Isso porque, explica o diretor do Inmetro, um quilo de GNV, chega conter 30% a mais de gás do que um metro cúbico. Ou seja, 1 kg de gás equivale a aproximadamente 1,3 m³. O quilo do gás será mais caro que o metro cúbico, mas o motorista precisará pagar por menos unidades para encher o cilindro.

No entanto, há o temor de possíveis comportamentos abusivos com aumento dos preços, no momento da troca da unidade de comercialização para quilo.

— E uma preocupação, mas vamos fazer ações educativas para evitar o comportamento abusivo dos postos, e também teremos o papel de fiscalização — ressalta Andrey Vilas Boas, coordenador da Senacon, que trabalhará em parceria com o Inmetro.

Décio Oddone, diretor-geral da ANP, diz que a agência acompanha a recomendação do instituto e também vai ajudar na comunicação da mudança.

Cerca de 1.759 postos do país serão afetados com a alteração nas bombas. As atuais poderão continuar a ser usadas por até seis anos após a publicação da portaria, desde que não infrinja o limite de 2% de erro. A adequação ao novo padrão, no entanto, deverá ser imediata.

— É possível fazer a adaptação com o dispenser em uso hoje em dia. Não será necessário a troca imediata, mas queremos modelos modernos e mais confiáveis. Por isso esse prazo — diz Trevisan.

A consulta pública do Inmetro ficará aberta por 60 dias para receber opiniões da população e das entidades do setor privado, visando à consolidação da nova regulamentação.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/12/2019

Seção: Colunas

Autor: Lauro Jardim

Título: Ouro (rubro) negro

ECONOMIA

Rodolfo Landim, hoje mais conhecido como presidente do Flamengo, está fechando a venda da Ouro Preto, empresa de óleo e gás criada por ele em 2010, para a Starboard. A Ouro Preto é dona hoje dos direitos de exploração de 15 blocos e quatro campos de petróleo. Até onde se sabe, Landim pretende se dedicar integralmente ao Flamengo.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 15/12/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Belo Monte quer térmicas para suprir baixa geração

Depois de gastar R\$ 40 bilhões para erguer a hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, um projeto que desde o início teve a viabilidade financeira questionada por causa da forte oscilação do nível de água do Rio Xingu, a concessionária Norte Energia, dona da hidrelétrica, quer agora autorização para construir usinas térmicas — mais caras e poluentes — nos arredores da hidrelétrica, para complementar sua geração de energia.

Nas últimas semanas, a Norte Energia já fez, inclusive, uma consulta formal à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), pedindo autorização para que mude seu estatuto social e libere a concessionária para erguer as usinas térmicas.

Hoje, a Norte Energia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), ou seja, uma empresa que tem como único objetivo construir e explorar a hidrelétrica de Belo Monte, pelo prazo de 35 anos. Seus sócios são a estatal Eletrobras, que detém 49,98% da operação, os fundos de pensão Petros, da Petrobras, e Funcef, da Caixa (com 20%, no total), e as empresas Neoenergia, Vale, Sinobras, Light, Cemig e JMalucelli.

A justificativa central da concessionária é que a sua barragem principal, estrutura que responde por mais de 98% da capacidade de geração — são 11 mil megawatts, contra apenas 233 MW da barragem complementar —, tem de ficar completamente desligada por um período de cerca de cinco meses, todos os anos, por causa da baixa vazão do Rio Xingu. A seca no local se concentra nos meses de julho a novembro. Com pouca água correndo, as máquinas são desligadas, sob o risco de entrarem em pane. Não é por acaso que, apesar dos 11.233 MW de potência, Belo Monte entrega, efetivamente, uma média de 4.571 MW por ano.

Capacidade

Entre agosto e novembro deste ano, por exemplo, o volume total de água que passou pelo Xingu permitiu uma geração média de algo entre 276 e 568 MW apenas, quando a capacidade mínima de cada uma das 18 turbinas da casa de força principal de Belo Monte é de 611 MW. Ou seja, nesse período, não foi possível ligar nenhuma máquina.

Mas nada disso é surpresa. Os números de Belo Monte, baseados no modelo de engenharia em que foi construída, são conhecidos há mais de uma década. A Norte Energia, que venceu o leilão da usina em 2010, esperou nove anos para licenciar e concluir a construção da usina. Em novembro, depois que acionou a última turbina da hidrelétrica, sempre defendida como a geração mais limpa do país, foi à Aneel com o propósito de pedir autorização para erguer usinas térmicas.

“Acho que isso confirma que o dano socioambiental de Belo Monte é um crime”, diz Biviany Rojas, advogada do Instituto Socioambiental (ISA), organização que acompanha o impacto do empreendimento desde a sua concepção. “A instalação de termoelétricas desmoraliza todo o discurso de escolha política por geração de energia hidrelétrica na floresta amazônica. Se era para produzir energia termoelétrica, não precisava barrar o Rio Xingu.”

Questionada sobre o pedido da Norte Energia, a Aneel limitou-se a declarar que “se manifestará quando vier a tomar uma decisão sobre o assunto”. A reportagem questionou a concessionária sobre seus projetos de geração

térmica, onde seriam erguidos e por que a empresa só apresentou essa proposta após concluir a usina. A concessionária não respondeu.

MME / ASCOM .